
Resumo

N'A *República* Platão indaga a respeito do verdadeiro sentido da justiça na constituição da melhor sociedade possível, cuja pedra angular é a formação do homem justo. O filósofo faz referência à expressão *por natureza* à medida que expõe sua proposta educativa. Isso poderia levar a pensar que o filósofo concebe o processo formativo do homem como o desenvolvimento de aptidões naturais. O intuito deste trabalho é investigar se realmente, e em que medida, a referência à *natureza* no homem designa dons naturais inatos, bem como sua relação com a educação na formação humana proposta.

Palavras-chave: Natureza; Formação; Alma; Homem

1 A NATUREZA HUMANA

O filósofo grego alcunhado Platão² (428-348 a.C.) é fonte inesgotável de estudos e reflexões, tanto no âmbito político quanto filosófico. Seus diálogos sintetizam discussões ontológicas e metafísicas que questionam e provocam o mais íntimo do ser humano. Entre seus diálogos, *A República* gerou e ainda gera muitas controvérsias. Nesta obra, Platão expressa uma concepção antropológica forjada na tradição do *ethos* grego, segundo a qual o homem é sua alma, que atua como senhora do corpo. Nesse sentido, Alexandre Koyré afirma que a alma é a grande palavra dos platônicos “e toda filosofia platônica sempre é, finalmente, centrada na alma (1991, p.31). A verdade reside na alma.

¹ Pedagoga, Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora de Filosofia da educação na Universidade Estadual de Goiás e de História da educação no Instituto de Educação Superior Aphoniano. Endereço: Rua AR-1, Qd.2, Lt.12, Conjunto Aruanã II, Goiânia-GO, Brasil. CEP: 74740280. Telefone: (62) 35421470. Email: lumariabastos@hotmail.com

² A palavra Platão significa, em grego, “ombros largos”, por ter os ombros largos o filósofo recebeu tal denominação. Cf. MOREIRA, Weudes S. O caráter não-utópico de A República de Platão. In: *Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás*, v.1, n.1 (1973). Goiânia, Brasil: Ed. da UCG, 1973, p.403-426.

Para Platão, na alma “há um princípio melhor e outro pior”, ou seja, existe uma parte racional, que comanda, e uma que obedece, a irracional, composta de paixão, desejo, apetite.³ Esta última pode se recusar a obedecer, quando seus desejos e apetites se tornarem tão fortes que não escutem a razão. Cada princípio da alma tem uma função específica: a um cabe comandar e ao outro, obedecer. O princípio racional deve governar, pois nele reside a sabedoria para avaliar e direcionar o desejo, a paixão, o apetite que devem obedecer – essa é sua função. Assim, os dois princípios devem efetuar o que lhes compete: “a parte concupiscente que em todos nós ocupa a maior porção da alma”, cuja índole é insaciável de desejos e apetites, deve ser governada, orientada e subordinada pelo princípio racional, para que não se deixe levar pelos prazeres oriundos das sensações e do desejo de riqueza. Nesse sentido, segundo Bolzani Filho (2006, p.VIII), Platão compreende o corpo como “sede da sensação e obstáculo para o autêntico conhecimento, e a alma, sede do pensamento, verdadeira expressão do indivíduo que pode assim ter acesso ao real”.

A natureza do homem, assim como de todas as coisas, é formada por uma virtude específica. Cada coisa desempenha uma atividade com mais perfeição que outras, constituindo uma função específica; essa é sua virtude. As coisas desempenham bem suas atividades se estiverem de posse de sua função específica, ou, com suas “virtudes peculiares” assim como, de modo contrário, desempenham mal sua atividade com “os vícios contrários”. A falta da virtude faz com que desempenhe mal a função. Por exemplo, a função dos olhos é ver. Assim, se estes tiverem virtude verão de forma excelente, senão verão mal (PLATÃO, 352e-353a-c).

Cada homem, diz Platão em 370b, traz em sua alma a disposição para uma atividade, uma vez que “não somos iguais por natureza, mas nascemos com disposições diferentes, cada um com mais jeito para determinado trabalho”. Cada homem nasce naturalmente dotado para exercer uma determinada atividade.

Para explicar semelhante distinção natural, Platão utiliza o mito segundo o qual todos os homens nasceram da terra, mas a divindade trouxe à vida uns com a alma composta por ouro, cuja virtude específica é a capacidade de comando, já “nos auxiliares acrescentou prata, bem como ferro e bronze nos agricultores e demais artesãos” (415a-c).

³ Para Platão a alma divide-se em três partes: racional, irascível e apetitiva. Com a primeira o homem aprende, a segunda encoleriza-se e a terceira relaciona-se aos desejos mais primitivos referentes a comer, beber, amar. Em 580e Platão enuncia tal tripartição da alma, todavia, sempre se refere apenas a duas partes, racional e irascível. Entende-se que as partes irascível e apetitiva situam-se no mesmo âmbito, a porção irracional do homem.

De acordo com Bolzani Filho (2006), tal mito retrata a distinção natural entre os homens. Há aqueles que nascem com a alma dotada de aptidão para produzir bens à sobrevivência, os artesãos; há os indivíduos dotados de qualidades naturais necessárias à vigilância, cuja alma possui coragem, força, perspicácia, temperança. “Da educação dos guardiões se poderá vislumbrar qual deles terá as qualidades necessárias para tornar-se filósofo e governar”(p.XXVIII).

A defesa platônica (374b-c) é que cada indivíduo se dedique a um ofício, a atividade em que possua aptidão natural, sem dispersar-se em múltiplas funções, assim desempenhará essa função ou atividade com mais perfeição. Cada habitante da *pólis* deve se dedicar a uma única atividade, aquela mais em acordo com sua inclinação para se aperfeiçoar nessa atividade.

Por conseguinte, Glauco, era uma espécie de imagem da justiça, que, aliás, nos foi de grande utilidade, tudo o que assentamos com relação ao indivíduo nascido para ser sapateiro, que só deveria fazer sapatos, nada mais, tal como o carpinteiro na sua especificidade, e assim com os demais artesãos (443c).

A natureza do homem (*anthrópouphýsis*) assenta na impossibilidade de exercer múltiplas funções, sob o risco de efetuar ações imperfeitas, realizadas sem amor, sem dedicação, o que implicará em prejuízo para a cidade.

A essência e o sentido da justiça é ser virtude da alma, é cumprir o que é próprio, por natureza, a cada homem. A cidade melhor, razão das preocupações políticas de Platão, ancora-se na justiça cujo cerne é o cumprimento das funções pelos membros da sociedade. Esse é o *nómos* indispensável à sustentação da vida social, engendrando um *éthos* social e político em que os cidadãos excelentes são os que cumprem excelentemente sua função, isto é, agem de acordo com sua natureza (*katà tén autoûphýsin*). O homem que não se dedica a fazer o que determina sua natureza não é justo, pois não contribui para a harmonia da *pólis*.

A cidade justa é constituída por homens justos, bem como é preciso uma cidade justa para cultivar a justiça na alma do homem, uma vez que “os mesmos princípios que ocorrem na cidade existem na alma dos indivíduos, em número igual” (PLATÃO, 441c). Dessa forma, assim como há no homem três princípios, a sabedoria, a coragem e a concupiscência, de forma análoga há na cidade três classes de homens, a saber, os governantes ou conselheiros, os auxiliares ou guardas, e por fim, os comerciantes e artesãos.

Se a cidade é justa quando suas três partes estão corretamente relacionadas, isto é, quando o governante, pelo saber que possui, pode, com o auxílio da parte corajosa – os guardiões -, legislar e controlar os excessos da parte desejante – os artesãos -, a alma, por sua vez, portadora de uma parte racional, será justa quando esta, aliada à parte corajosa, puder controlar a parte do desejo (BOLZANI FILHO, 2006, p.XXXII).

Para tornar o homem justo e capaz da verdadeira cidadania é preciso formá-lo para exercer suas funções, em outras palavras, somente a educação, a *paideía*, pode instituir a justiça como virtude da alma. Daí a razão de, na república platônica, a justiça ser indissociável da educação.

2 NATUREZA DA EDUCAÇÃO

A educação é o instrumento de formação para tornar o homem verdadeiramente cidadão. O mito da caverna exprime a concepção platônica de educação ao representar, metaforicamente, a conversão da alma ao supremo conhecimento, visto o prisioneiro figurar a condição humana que sai do escuro da ignorância para a luz da sabedoria e da verdade.

Assim, prossegui, a educação não será mais do que a arte de fazer essa conversão, de encontrar a maneira mais fácil e mais eficiente de consegui-la; não é a arte de conferir vista à alma, pois vista ela já possui; mas, por estar mal dirigida e olhar para o que não deve, a educação promove aquela mudança de direção (PLATÃO, 518d).

A educação designa o processo de ascensão da alma, a *periagogé*, o “giro do olhar”, transcendendo o mero âmbito dos sentidos. Os seres humanos se escondem “em uma morada subterrânea em forma de caverna”, no mundo das sensações, da imagem, do aparente e acidental. Encontram-se de “pernas e pescoços amarrados em cadeias”, o que lhes impossibilita de “virar a cabeça” e ver o mundo das Ideias, o real, a essência. Os homens veem apenas “estátuas e figuras”, “sombras em desfile” que consideram a realidade.

Platão demonstra em 518e que o homem vive submerso em imagens aparentes da verdadeira realidade. Seus sentidos o aprisionam não permitindo que olhe e capte a essência do real. Essa ilusão decorre menos de falta de vista do que de dirigir o olhar para a direção certa. Isso leva a entender que a capacidade de conhecimento é dada naturalmente ao homem, contudo, sua realização, ou não, depende dele, pois as virtudes da alma não são inatas, são posteriormente adquiridas pela educação e hábito.

A maior porção da alma tende aos prazeres efêmeros e aos vícios, por isso, a conversão da alma, a *periagogé*, é uma tarefa complexa. Em razão de os apetites e paixões terem tamanha proeminência sobre o humano, situa-se a dificuldade (e a beleza) da razão em orientar, direcionar, *educar* a alma para o bem. É um processo que demanda disciplina, fadiga, dor para desviar “os olhos” dos vícios e prazeres mundanos e direcioná-los ao conhecimento do bem. Para Platão, se um homem conhece o bem, não agirá perversamente.

3 PÓLIS, NATUREZA E EDUCAÇÃO

A vida na *pólis* explicita a natureza de cada indivíduo. O próprio processo formativo desvela aqueles que possuem aptidão para o trabalho artesanal, agrícola ou legislativo. É pela educação que os governantes percebem as capacidades de cada indivíduo. O processo de educação revela as almas que se dedicarão à *poíesis*, demandando um saber mais elementar, transmitido pela própria prática; ou às *tékhnai*, com saberes mais elevados e as almas que se dedicarão à *theoría*, a qual supõe o mais elevado saber.

Os indivíduos que demonstram capacidade de comando desde cedo são colocados em situações que lhe impõe “trabalhos, sofrimentos e lutas” por meio de tarefas que põem à prova seu espírito, verificando com essa prática se são corajosos, audazes, mansos ou agressivos na medida e momento adequados e, sobremaneira, como se portam frente ao medo, à dor e ao prazer. A vivência de tais situações, no limite, coloca à vista a preguiça, a indolência, a intemperança, dentre outros vícios naqueles em que de alguma forma não houver a aptidão para a coragem ou para a virtude.

Na visão platônica, a *politeía* deve ser organizada a partir da realização da natureza de cada habitante, é essa delimitação que configura a justiça. Por isso, é de suma importância o cuidado com a educação, uma vez que este é o processo que confirma o caráter de cada homem, moldando seus apetites e desejos e evitando que a parte irascível de sua alma seja má, violenta, depravada.

É importante esse trabalho desde a infância, pois nessa “fase, justamente, é que se formam e aprofundam os traços que pretendemos *imprimir* em qualquer pessoa” (PLATÃO, 377b, grifo meu). Acentua-se que a expressão “por natureza” faz ver que há habilidades, aptidões, características que são “presentes dos deuses”, contudo, se as aptidões não forem

aprimoradas pela educação, não se realizarão. Por isso, Platão ressalta que é preciso, desde a tenra idade, cultivar na alma das crianças os valores desejados.

Em 491e Platão afirma que a educação proporciona o aprendizado de virtudes, se for boa, acarretando a excelência da constituição; contrariamente, se for viciosa, mesmo em indivíduos agraciados com bons predicados naturais, gerará homens ruins. Ele faz uma analogia entre as qualidades da alma e sementes ou germens: se estas forem semeadas em terreno propício, tiverem cultivo adequado e boas condições, seu crescimento redundará em perfeição. Da mesma maneira, se as qualidades naturais forem educadas convenientemente resultarão em homens bons.

Assim, para Platão (486a) há uma natureza filosófica (*phýsis philósophos*), aquela cuja alma é dotada de memória, inteligência, magnanimidade, justiça, coragem, temperança, ou seja, um espírito moderado que busca a essência de cada coisa, que se compraz na contemplação da verdade ao transcender os sentidos.

Logo, se for convenientemente educada a natureza que atribuímos ao filósofo, segundo penso, com o crescimento virá a adquirir todas as virtudes; porém, no caso de ser semeada e plantada em terreno impróprio, será fatal, do mesmo modo, que sua educação redunde no contrário disso (PLATÃO, 492a).

Portanto, é a educação que realiza, ou nega, àquilo conferido pela natureza. Às pessoas são dadas características como inteligência, vigor, memória, mas são as atividades praticadas, o exercício constante, a disciplina, o estudo, a busca pelo aprimoramento, ou seja, o engendramento de um *éthos* que ocasiona o aperfeiçoamento das propriedades naturais. É o modo de vida que conforma o espírito. A isso Platão denomina natureza. Se a natureza é firme, o indivíduo não se dobrará aos vícios e prazeres. A educação, os bons hábitos fazem com que o lado superior da alma – a razão – seja proeminente; mas, por outro lado, uma educação “defeituosa” e maus hábitos deixam o lado superior à mercê da irracionalidade, dos desejos, das paixões. À medida que o indivíduo tem boa educação os desejos podem ser reprimidos pela razão e pelas leis e extinguem-se ou se tornarem tênues (571c).

Quando um homem tem em seu espírito o dom de ser médico, ele aprende com mais facilidade os conhecimentos necessários a essa arte, e aquele que não possui a natureza médica, apesar de aplicação e estudo, não consegue reter o conhecimento e habilidade necessários. Entretanto, o indivíduo com aptidão para a medicina, sem o processo educativo não se tornará médico, pois somente os dons não são suficientes.

Compreende-se que, em Platão, o conceito de *phýsis, natureza*, é amplo, abarca o elemento biológico e também o social – é um aprendizado para que o dado naturalmente se torne pleno. A natureza não é algo pronto e acabado, pressupõe educação, aprendizado. Portanto, não se pode falar em inatismo em Platão; as aptidões são dadas como possibilidade cuja fertilidade ocorre pela educação, que as converte em existência. A alma deve ser formada. É no processo formativo que se desvelam as qualidades ou perversidades do homem, no confronto com as dores, os prazeres, os vícios e tudo que diz respeito à contingência da vida humana.

Em última instância, a natureza é algo a se construir. A disposição, por natureza, de características como coragem, força, inteligência, é *conditio sine qua non*, entretanto, não é suficiente. É necessária a educação para aprimorar e direcionar tais aptidões. A alma educada orientará a coragem, a ira, o desejo, evitando os excessos e a falta absoluta.

A constituição humana, como a entende Platão, decorre de uma relação intrínseca entre o que é dado por natureza e a educação para a formação do cidadão. Ele será justo, bom, virtuoso se passar por uma educação bem orientada, porém se for uma educação inadequada resultará em uma alma pervertida. Esse processo deve iniciar-se cedo, pois a paixão é prévia à razão, por isso, nos primeiros anos o homem é levado pelas paixões, o entendimento surge posteriormente. Nos anos em que a paixão governa, a educação deve fazer o trabalho de cultivo do que é bom e nobre no ser humano, para que, ao chegar à idade da razão as coisas nobilitantes sejam acolhidas de forma espontânea.

O trabalho da educação é cultivar e aperfeiçoar os dons que a natureza dotou, para abrandar o elemento irascível da alma, mas visando o meio termo para não abrandar em demasia (411a-b). Ora, um homem não deve ser dominado pela ira, mas também não pode se abster de indignar-se em determinadas situações. Platão acentua que, se o espírito for fraco, por natureza, o processo de desvirtuamento é direto e mais rápido. Isso significa que a educação se torna impotente quando a alma é desprovida de bons dons naturais. Aqueles que possuem boas aptidões, mas não alimentam sua alma no decorrer da vida, ou seja, lhe falta a boa educação, tem suas qualidades anuladas. É um processo de tensão e relaxamento constante conforme as circunstâncias, buscando a justa proporção das aptidões naturais.

A *paideía* platônica é firmada na música, visando agudez e harmonia de espírito, e na ginástica, objetivando agilidade e força física, demonstrando o ideal do *kalokagatho*⁴ da antiga aristocracia: o homem virtuoso e vigoroso, com corpo e mente equilibrados. A educação é um processo contínuo, constante e paulatino, demanda vigilância constante. É uma relação intrínseca entre a razão e a paixão, sem perder de vista que ambas são inerentes ao humano, daí demanda a permanente busca pela excelência, pela *areté*. A educação é a reinvenção da existência dentro das possibilidades humanas.

PLATO AND THE HUMAN FORMATION IN THE REPUBLIC

Abstract

In *The Republic*, Plato inquires about the true meaning of justice in the establishment of the best possible society, whose cornerstone is the formation of the fair man. The philosopher refers to the expression *by nature* as he exposes his educational proposal. This could leave people to think that the philosopher conceives the formative process of man as the development of natural aptitudes. The aim of this work is to investigate if, and how much, the mention to the *nature* in man really designates innate natural gifts, as well as its relation with education in the human formation proposed.

Keywords: Nature; Formation; Soul; Man

PLATÓN Y LA FORMACIÓN HUMANA EN LA REPÚBLICA

Resumen

En la República Platón indaga a respecto del verdadero sentido de la justicia en la constitución de la mejor sociedad posible, cuya piedra angular es la formación del hombre justo. El filósofo hace referencia a la expresión *por naturaleza* a medida que expone su

⁴ *Kalòs kai agathós*, belo e bom. A expressão era usada na Grécia do século V a. C. para se referir ao ideal de perfeição física e moral, ao homem íntegro que vive sua cidadania de modo autônomo e responsável. Cf. MURACHIO, 55, 72.

propuesta educativa. Eso nos podría llevar a pensar que, el filósofo concibe el proceso de formación humana como el desarrollo de aptitudes naturales. El intuito de este trabajo es investigar se realmente y en qué medida, la referencia a la *naturaleza* en el hombre designa dones naturales natos, así como su relación con la educación en la formación humana propuesta.

Palabras clave: Naturaleza; Formación; Alma; Hombre

REFERÊNCIAS

BOLZANI FILHO, Roberto. Introdução. In: *A República: ou sobre a justiça, diálogo político*. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado; revisão técnica e introdução Roberto Bolzani Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3 ed. Belém: EDUFPA, 2000.

Data de recebimento: 12/01/2012

Data de aceite: 15/05/2012